

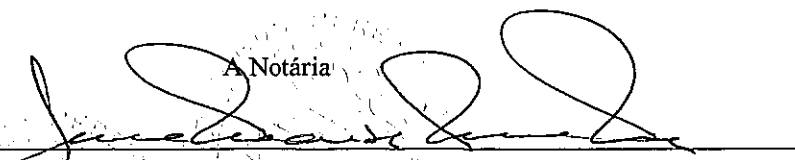



## CARTÓRIO NOTARIAL DE SÓNIA PEREIRA

Rua João Machado, n° 100 – 1º Dto.  
3000 - 226 Coimbra  
Telf: 239 822 390 /Fax: 239 828 234  
E-mail : cartorio.soniapereira@gmail.com

Certifico que a presente fotocópia com valor de certidão composta por VINTE páginas numeradas e rubricadas está conforme o original da escritura de ALTERAÇÃO DE ESTATUTOS lavrada de folhas DEZ a folhas ONZE – VERSO do livro de notas para escrituras diversas número SETENTA E CINCO – A, deste Cartório Notarial.

Cartório Notarial de Coimbra, a cargo da Notária Sónia Pereira, vinte e um de Março de dois mil e catorze.

A Notária  
  
(Sónia Marisa Ramos Pereira)

Conta n.º: 759 /2014 

Foi emitido factura/ recibo: 



Cartório Notarial
Sónia Pereira
Livro 25-A
Folhas 19

### ALTERAÇÃO DE ESTATUTOS

No dia vinte e um de Março de dois mil e catorze, no Cartório Notarial sito à Rua João Machado, nº 100, 1º direito, em Coimbra, a meu cargo, perante mim, Licenciada, Sónia Marisa Ramos Pereira, respectiva notária, compareceram como outorgantes: \_\_\_\_\_

**António Pedro Ministro**, casado, natural da freguesia de São Bartolomeu, concelho de Coimbra, residente habitualmente na Rua Ana Leitão, Miro, união das freguesias de Friúmes e Paradela, concelho de Penacova, portador do cartão de Cidadão número 01606599 9 ZZ5, válido até 09/04/2018; \_\_\_\_\_

**José António dos Santos Carvalho**, casado, natural de Angola, residente habitualmente na Rua Fausto Gonçalves, n.º 44, 2º esquerdo, freguesia de Santo António dos Olivais, concelho de Coimbra, portador do Cartão de Cidadão número 07178676 7 ZY1, válido até 16/01/2019; \_\_\_\_\_

**Carlos Alberto Fernandes Costa**, casado, natural da freguesia de Coimbra (Santa Cruz), concelho de Coimbra, residente habitualmente na Urbanização Cruz Nova, lote 10 A, freguesia e concelho de Soure, portador do Cartão de Cidadão número 00646013 5 ZZ8, válido até 10/01/2017; \_\_\_\_\_

**Armando Jorge Martins Seco do Amaral**, casado, natural da freguesia e concelho de Penacova, onde reside habitualmente na Rua da Portelinha, n.º 6, 1º direito, lugar de Cheira, portador do Bilhete de Identidade número 9227058, emitido em 18/10/2005 pelos SIC de Coimbra, e; \_\_\_\_\_

**Carlos Jorge Correia Balteiro**, casado, natural da freguesia de Coimbra (Santa Cruz), concelho de Coimbra, residente habitualmente na Rua Cidade de S. Paulo, n.º 21, rés-do-chão esquerdo, união das freguesias de Eiras e

São Paulo de Frades, concelho de Coimbra, portador do Cartão de Cidadão número 02406948 5 ZZ5, válido até 19/11/2014; \_\_\_\_\_

Que outorgam nas qualidades respectivamente de Presidente, Vice-Presidente, Vice-Presidente, Tesoureiro e Secretário da Direcção, em representação da «ASSOCIAÇÃO REGIONAL DAS BEIRAS DE PESCA DESPORTIVA», com sede em Solar dos Pinas, freguesia e concelho de Montemor-o-Velho (CP 3040-128), NIPC 502 199 024, qualidades e poderes que verifiquei por acta número quarenta (Auto de Posse) e Acta número quarenta e um da Assembleia Geral reunida em três de Janeiro de dois mil e catorze, de que ARQUIVO públicas formas. \_\_\_\_\_

Verifiquei a identidade dos outorgantes pela exibição dos seus mencionados documentos de identificação. \_\_\_\_\_

E disseram que pela presente escritura e dando cumprimento ao deliberado na dita assembleia-geral de três de Janeiro de dois mil e catorze, **REMODELAM integralmente os estatutos da Associação**, nomeadamente quanto aos artigos referentes à denominação, sede e objecto social que passam a ter a seguinte redacção: \_\_\_\_\_


**Artigo 1º - Fundação, Denominação e Sigla:** \_\_\_\_\_

1. A ASSOCIAÇÃO REGIONAL DAS BEIRAS DE PESCA DESPORTIVA foi constituída em dois de Fevereiro de mil novecentos e oitenta e três, sob o forma de Associação sem fins lucrativos, usa a sigla A.R.B.P.D e pode usar cada uma das componentes de denominação e sigla separadamente. \_\_\_\_\_

**Artigo 2º - Sede e Organização Territorial:** \_\_\_\_\_



Cartório Notarial
Sónia Pereira
Livro 75-A
Folhas 11



1. A A.R.B.P.D. tem sede no Solar dos Pinas 3040-128 Montemor-o-Velho, a qual pode ser transferida para outro local da sua área geográfica de actividade, mediante proposta da Direção e deliberação da Assembleia Geral. \_\_\_\_\_

2. A A.R.B.P.D. desenvolve a sua actividade na Região das Beiras nos distritos de Coimbra, Viseu, Leiria e Guarda. \_\_\_\_\_

3. Sob proposta da Direção à Assembleia Geral da Federação Portuguesa de Pesca Desportiva, a divisão territorial referida no número anterior poderá sofrer transformações caso o interesse da modalidade o justifique, respeitando sempre a divisão geográfica e/ou administrativa do País. \_\_\_\_\_

**Artigo 3º - Natureza e Fins:** \_\_\_\_\_

A A.R.B.P.D. engloba praticantes, clubes, associações ou outros agentes do desporto da pesca desportiva tem como objectivos: \_\_\_\_\_

a) Representar e defender os interesses da modalidade e dos seus Associados perante terceiros, designadamente, entidades desportivas oficiais e administração pública em geral, organizações congéneres, nacionais ou internacionais e em congressos nacionais e internacionais; \_\_\_\_\_

b) Promover o desenvolvimento da pesca desportiva regional, através de campeonatos regionais e provas nacionais e internacionais, exposições, sessões cinematográficas, conferências e congressos; \_\_\_\_\_

c) Regulamentar, organizar, difundir e esclarecer a prática de pesca desportiva, com a colaboração dos clubes seus filiados, e a orientação da Federação Portuguesa de Pesca Desportiva ou outro organismo nacional a que pertença; \_\_\_\_\_

d) Pugar pelo cumprimento das leis de fomento e proteção das espécies piscícolas, cursos de água, orla marítima e meio ambiente, requerendo a promulgação das que se reconheçam necessárias; \_\_\_\_\_

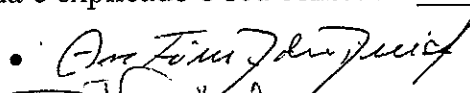
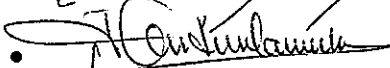
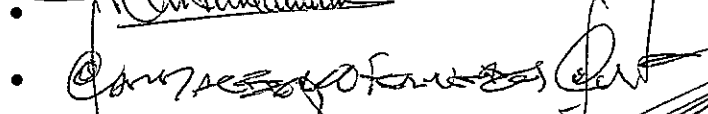
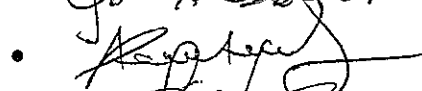

e) Promover a ética e a lealdade na prática da pesca desportiva e nas relações entre os seus agentes. \_\_\_\_\_

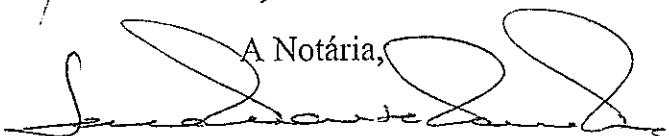
Que a Associação passará a reger-se pelos Estatutos constantes do documento complementar elaborado nos termos do número dois do artigo sessenta e quatro do Código do Notariado que se arquiva e cuja leitura foi dispensada por terem declarado conhecer o seu conteúdo. \_\_\_\_\_


ARQUIVO: \_\_\_\_\_

Certificado de admissibilidade de firma ou denominação com o código de acesso 0556-3787-7227 válido até 20/06/2014. \_\_\_\_\_

Lida e explicado o seu conteúdo. \_\_\_\_\_

- 
- 
- 
- 
- 

A Notária, 

Conta registada sob o nº 759. /2014 

Doc: 16.	Folhas: 48
Livro: 15-A.	Folha: 10.

*Ante: 24/2/14*  
*[Signature]*  
*[Signature]*  
*[Signature]*



**ASSOCIAÇÃO REGIONAL DAS BEIRAS DE PESCA DESPORTIVA**

# ESTATUTOS

(Alterados e aprovados em Assembleia Geral de 03/01/2014)

## **CAPÍTULO I**

### **DISPOSIÇÕES FUNDAMENTAIS**

#### **Artigo 1.º**

##### **Fundação, Denominação e Sigla**

1. A ASSOCIAÇÃO REGIONAL DAS BEIRAS DE PESCA DESPORTIVA foi constituída em dois de Fevereiro de mil novecentos e oitenta e três, sob a forma de Associação sem fins lucrativos, usa a sigla A.R.B.P.D. e pode usar cada uma das componentes da denominação e sigla separadamente.

#### **Artigo 2.º**

##### **Sede e Organização Territorial**

1. A A.R.B.P.D. tem sede no Solar dos Pinas 3040-128 Montemor-o-Velho, a qual pode ser transferida para outro local da sua área geográfica de atividade, mediante proposta da Direção e deliberação da Assembleia Geral.

2. A A.R.B.P.D. desenvolve a sua atividade na Região da Beiras nos distritos de Coimbra, Viseu, Leiria e Guarda.

3. Sob proposta da Direção à Assembleia Geral da Federação Portuguesa de Pesca Desportiva, a divisão territorial referida no número anterior poderá sofrer transformações caso o interesse da modalidade o justifique, respeitando sempre a divisão geográfica e/ou administrativa do País.

#### **Artigo 3.º**

##### **Natureza e Fins**

A A.R.B.P.D. engloba praticantes, clubes, associações ou outros agentes do desporto da pesca desportiva tem como objetivos:

- a) Representar e defender os interesses da modalidade e dos seus Associados perante terceiros, designadamente, entidades desportivas oficiais e administração pública em geral, organizações congéneres, nacionais ou internacionais e em congressos nacionais e internacionais;
- b) Promover o desenvolvimento da pesca desportiva regional, através de campeonatos regionais e provas nacionais e internacionais, exposições, sessões cinematográficas, conferências e congressos;
- c) Regulamentar, organizar, difundir e esclarecer a prática de pesca desportiva, com a colaboração dos clubes seus filiados, e a orientação da Federação Portuguesa de Pesca Desportiva ou outro organismo nacional a que pertença;
- d) Pugnar pelo cumprimento das leis de fomento e proteção das espécies piscícolas, cursos de água, orla marítima e meio ambiente, requerendo a promulgação das que se reconheçam necessárias;
- e) Promover a ética e a lealdade na prática da pesca desportiva e nas relações entre os seus agentes.

#### **Artigo 4.º**

##### **Princípios**

A A.R.B.P.D. organiza-se e prossegue as suas atividades de acordo com os princípios da liberdade, da democraticidade e da representatividade, sendo independente do estado, dos partidos políticos e das instituições religiosas.

#### **Artigo 5.º**

##### **Atividade**



*Ass. Leiria 2019*  
*Luís*  
*Ass. Leiria 2019*

A A.R.B.P.D., com exceção das atividades de pesca desportiva subaquática e de alto mar, desenvolve a sua atividade em todas as vertentes, especialidades, categorias e escalões etários de pesca desportiva, abrangendo, designadamente:

- Competição, espetáculo e recreação;
- Formação de praticantes, técnicos e demais agentes da modalidade;
- Formas convencionais e novas formas.

### **Artigo 6.º** **Sistema Normativo**

- A atividade da A.R.B.P.D. rege-se obrigatoriamente pelos regulamentos desportivos da Federação Portuguesa de Pesca Desportiva, pela legislação em vigor e pelos presentes Estatutos.
- Os Estatutos podem ser complementados por regulamentos internos os quais não podem conter disposições contrárias à Lei.

### **Artigo 7.º** **Filiação Nacional**

A A.R.B.P.D. é filiada na Federação Portuguesa de Pesca Desportiva, gozando das prerrogativas e vinculando-se às obrigações decorrentes desse facto.

### **Artigo 8.º** **Símbolos**

- A A.R.B.P.D. usa emblema, estandarte e bandeira próprios.
- O emblema é constituído por dois círculos inscritos compostos com as seguintes descrições:
  - O círculo exterior contém com descrição em círculo a denominação Associação Regional das Beiras distribuída pela parte superior e na parte inferior, Pesca Desportiva.
  - O círculo interior contém ao centro o mapa dos Distritos que a A.R.B.P.D. representa, um peixe no lado direito do mapa e um anzol do lado esquerdo, ambos estilizados, sobre os quais e com a descrição escrita em círculo, possui nome dos distritos de Coimbra, Viseu, Leiria e Guarda, tendo na base a sigla A.R.B.P.D em itálico, por baixo da qual, e em escrita em círculo e numérica a data da fundação da Associação.
- O estandarte e a bandeira têm igualmente as descrições do emblema, assente em fundo branco.

### **Artigo 9.º** **Filiação**

- Podem Associar-se na A.R.B.P.D. sociedades dedicadas ou mistas com fins desportivos, na modalidade de pesca desportiva e representados por clubes, associações, praticantes e outros agentes desportivos que, pela associação, adquirem o estatuto de Sócios Ordinários ou Extraordinários.
  - São condições de associação dos Sócios Ordinários ser um clube desportivo inteiramente dedicado ao desporto de pesca desportiva e de competição ou misto em que o desporto de pesca desportiva e de competição seja uma das modalidades praticadas, e ter a sua sede na área geográfica de atividade da ARBPD;
  - Por decisão da Assembleia Geral da Federação Portuguesa de Pesca Desportiva, podem também filiar-se clubes de conselhos limítrofes ao da área geográfica da A.R.B.P.D.
  - São condições de associação dos Sócios Extraordinários serem praticantes ou outros agentes desportivos que pratiquem ou tenham interesses individuais no desporto de pesca desportiva e terem morada na área geográfica de atividade da ARBPD.

2. Desde que o solicitem e preencham as condições de admissão, não pode ser recusada a inscrição de cidadãos, nacionais ou estrangeiros, clubes, sociedades, e associações com fins desportivos com sede nos distritos da área geográfica da A.R.B.P.D..

3. A aquisição da qualidade de Sócio Ordinário ou Extraordinário ocorre no momento da aceitação da filiação na F.P.P.D. considerando-se tacitamente aceite se não for comunicada a rejeição do pedido até trinta dias após o preenchimento de todas as condições regulamentares.

4. Perde a qualidade de Sócio Ordinário ou Extraordinário o Sócio que não revalidar anualmente a filiação na F.P.P.D..

5. A perda da qualidade de Sócio Ordinário e Extraordinário pode ser decretada como sanção por infração, tipificada pelo incumprimento dos deveres para com a Associação, nomeadamente a falta de pagamento de verbas devidas pelo uso dos direitos de associado.

#### **Artigo 10.º**

##### **Direitos dos Sócios Ordinários e Extraordinários**

1. São direitos dos Sócios Ordinários:

- a) Participar nos objetivos da A.R.B.P.D. designadamente na promoção e desenvolvimento da pesca desportiva;
- b) Participar na vida associativa, intervindo na eleição dos corpos sociais e comparecer ou fazer-se representar nas Assembleias Gerais e outros atos de igual relevo;
- c) Fiscalizar e ser informado das contas e atividades dos órgãos sociais.
- d) Frequentar a sede e demais instalações;
- e) Receber diploma ou cartão de filiação;
- f) Quaisquer outros previstos em regulamentos internos os quais não podem conter disposições contrárias à Lei;

2. São direitos dos Sócios Extraordinários:

- a) Participar nos objetivos da A.R.B.P.D. designadamente na promoção e desenvolvimento da pesca desportiva;
- b) Participar na vida associativa e assistir sem direito de voto às reuniões da Assembleia Geral e outros atos de igual relevo;
- c) Ser informado das contas e atividades dos órgãos sociais.
- d) Frequentar a sede e demais instalações;
- e) Receber diploma ou cartão de filiação;
- f) Quaisquer outros previstos em regulamentos internos, os quais não podem conter disposições contrárias à Lei;

#### **Artigo 11.º**

##### **Deveres dos Sócios Ordinários e Extraordinários**

1. São deveres dos Sócios Ordinários:

- a) Acatar as deliberações da Assembleia Geral e as determinações dos demais órgãos estatutários;
- b) Efetuar o pagamento dos encargos que lhe tenham sido regulamentarmente atribuídos;
- c) Cumprir e fazer cumprir, os estatutos, regulamentos e outras disposições normativas aplicáveis;
- d) Participar nos objetivos da A.R.B.P.D. designadamente na promoção e desenvolvimento da pesca desportiva;
- e) Participar na vida associativa, intervindo na eleição dos corpos sociais e comparecer ou fazer-se representar nas Assembleias Gerais e outros atos de igual relevo;
- f) Prestar colaboração nas atividades da modalidade, em especial na organização de representações regionais, nacionais e internacionais;

g) Quaisquer outros previstos em regulamentos internos, os quais não podem conter disposições contrárias à Lei;;

**2. São deveres dos Sócios Extraordinários:**

a) Acatar as deliberações da Assembleia Geral e as determinações dos demais órgãos estatutários;

b) Efetuar o pagamento dos encargos que lhe tenham sido regulamentarmente atribuídos;

c) Cumprir e fazer cumprir, os estatutos, regulamentos e outras disposições normativas aplicáveis;

d) Participar nos objetivos da A.R.B.P.D. designadamente na promoção e desenvolvimento da pesca desportiva;

e) Participar na vida associativa e participar sem direito de voto nas Assembleias Gerais e outros atos de igual relevo;

f) Prestar colaboração nas atividades da modalidade, em especial na organização de representações regionais, nacionais e internacionais;

g) Quaisquer outros previstos em Regulamentos Internos, os quais não podem conter disposições contrárias à Lei;;;

**Artigo 12.º**

**Títulos**

**1. São adotados os seguintes Títulos:**

a) Presidente Honorário;

b) Vice-Presidente Honorário;

c) Sócio de Mérito;

d) Sócio Honorário.

2. Os títulos de Presidente Honorário e de Vice-Presidente Honorário só podem ser atribuídos a quem preencha, cumulativamente, os seguintes requisitos:

a) Tenha exercido o cargo de Presidente ou Vice-Presidente por, pelo menos, dois mandatos consecutivos ou três mandatos intercalados;

b) Tenha, durante os respetivos mandatos, prestado serviços relevantes à pesca desportiva e à A.R.B.P.D.

3. O título de Sócio de Mérito pode ser atribuído às pessoas que, pelo seu valor e atuação, tenham prestado relevantes serviços à pesca desportiva, nomeadamente como dirigentes de clubes ou associações e que como tal sejam reconhecidos.

4. O título de Sócio Honorário pode ser atribuído às pessoas singulares ou coletivas que tenham prestado relevantes serviços e/ou dádivas à pesca desportiva e que como tal sejam reconhecidos.

5. Os títulos acima mencionados, serão atribuídos mediante proposta da Direção ou de qualquer Sócio Ordinário à Assembleia Geral, que aprovará a atribuição do título em deliberação tomada por maioria de dois terços dos votos.

**Artigo 13.º**

**Direitos dos Presidentes e dos Vice Presidentes Honorários**

São direitos dos Presidentes e dos Vice Presidentes Honorários:

a) Os mesmos dos Sócios Extraordinários;

b) Receber um diploma que atesta essa qualidade

**Artigo 14.º**

**Deveres dos Presidentes e dos Vice Presidentes Honorários**

Os Presidentes e os Vice Presidentes Honorários têm os deveres gerais dos Sócios Extraordinários compatíveis com a sua condição, bem como, quaisquer outros previstos nos regulamentos internos, os quais não podem conter disposições contrárias à Lei;;.

**Artigo 15.º**

### **Direitos dos Sócios de Mérito e Honorários**

São direitos dos Sócios de Mérito e Honorários:

- a) Os mesmos dos Sócios Extraordinários;
- b) Receber um diploma que atesta essa qualidade

### **Artigo 16.º**

#### **Deveres dos Sócios de Mérito e Honorários**

Os Sócios de Mérito e Honorários têm os deveres gerais dos Sócios Extraordinários compatíveis com a sua condição, bem como, quaisquer outros previstos nos regulamentos internos, os quais não podem conter disposições contrárias à Lei;.

## **CAPÍTULO II**

### **ÓRGÃOS DA ASSOCIAÇÃO**

#### **Secção I**

#### **Disposições Gerais e Sistema Eleitoral**

### **Artigo 17.º**

#### **Órgãos Associativos**

1. A A.R.B.P.D. realiza os seus fins através dos seguintes órgãos:

- a) Assembleia Geral;
- b) Presidente;
- c) Direção;
- d) Conselho Fiscal;
- e) Conselho de Disciplina;

### **Artigo 18.º**

#### **Escolha dos Titulares**

Os titulares dos órgãos são eleitos em Assembleia Geral eleitoral, em listas contendo a totalidade dos órgãos sociais e mencionando os cargos que cada um dos titulares irá ocupar, devendo cada lista designar um mandatário.

### **Artigo 19.º**

#### **Eleições**

1. A data para a realização das eleições é marcada pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral, em dia compreendido entre o nonagésimo e o sexagésimo dia anterior ao termo do mandato corrente ou nos sessenta dias posteriores aos factos que lhe deram causa no caso de eleições intercalares.

2. As listas concorrentes serão apresentadas nos trinta dias seguintes ao anúncio da data das eleições, ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral que, comprovará a sua regularidade no que concerne à elegibilidade dos titulares aos lugares propostos e à conformidade geral com os preceitos estatutários e, admitindo-as como válidas, promoverá à sua divulgação na página da internet da A.R.B.P.D., por correio eletrónico, correio postal ou por qualquer outra forma eficaz que venha a adotar, com pelo menos dez dias de antecedência relativamente à data das eleições.

3. Os candidatos propostos nas listas terão obrigatoriamente de declarar por escrito, sob compromisso de honra, que não se encontram abrangidos por qualquer causa de inelegibilidade ou incompatibilidade

4. Apresentando qualquer lista anomalias que impeçam a sua apresentação a sufrágio, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral convidará por despacho devidamente fundamentado, o mandatário da lista, a corrigir as desconformidades detetadas no prazo de quarenta e oito horas e, findo o qual, a lista é definitivamente recusada.

5. A eleição é feita por sufrágio direto e secreto, considerando-se eleita a lista que obtiver maior número de votos.

6. Em caso de empate na votação, esta será repetida, concorrendo apenas as listas empatadas.

### **Artigo 20.º**

#### **Mandato**

1. O mandato dos titulares dos órgãos associativos é de quatro anos, coincidente com o ciclo olímpico.
2. Em caso de destituição ou de outro facto que determine a vacatura de lugares, não sendo possível o preenchimento por substituto constante da lista eleita, são realizadas eleições intercalares para completar o ciclo olímpico.
3. Ocorrendo a eleição no último ano do ciclo olímpico, os eleitos são investidos para completar o ciclo em curso e para o seguinte.
4. Ninguém pode exercer mais do que três mandatos seguidos num mesmo órgão da A.R.B.P.D, salvo se, na data da entrada em vigor do presente estatuto, tiver cumprido ou estiver a cumprir, pelo menos, o terceiro mandato consecutivo, circunstância em que poderá ser eleito para mais um mandato consecutivo.
5. Depois de concluídos os mandatos referidos no número anterior, os titulares dos órgãos não podem assumir aquelas funções durante o quadriénio imediatamente subsequente ao último mandato consecutivo permitido.

### **Artigo 21.º**

#### **Destituição**

1. Os titulares dos órgãos da A.R.B.P.D. podem ser destituídos, singular ou coletivamente, sob proposta subscrita por cinquenta e um por cento dos Sócios Ordinários devidamente identificados e autenticados, sob proposta fundamentada e apresentada ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral por um mandatário identificado na proposta;
2. No prazo de dois dias úteis contados da data da receção da proposta, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral, comunicará à Direção da A.R.B.P.D. e ao órgão em causa, a destituição dos titulares propostos bem como o cumprimento dos presentes estatutos no que respeita à sua substituição.

### **Artigo 22.º**

#### **Elegibilidade**

São elegíveis para os órgãos associativos os cidadãos maiores, filiados na FPPD através de um Associado da A.R.B.P.D., não afetados por qualquer incapacidade de exercício, que não sejam devedores da Associação, nem hajam sido punidos por infrações de natureza criminal, contraordenacional ou disciplinar em matéria de violência, dopagem, corrupção, racismo e xenofobia, até cinco anos após o cumprimento da pena, que não tenham sido punidos por crimes praticados no exercício de cargos dirigentes em federações e associações desportivas ou entidade associada à A.R.B.P.D., por crimes contra o património destas, até cinco anos após o cumprimento da pena, salvo se sanção diversa lhe tiver sido aplicada por decisão judicial.

### **Artigo 23.º**

#### **Incompatibilidades**

1. É incompatível com a função de titular de órgão da A.R.B.P.D.
  - a) O exercício de outro cargo na associação;
  - b) O exercício de qualquer cargo nos Órgãos da Federação Portuguesa de Pesca Desportiva;
  - c) A intervenção, direta ou indireta, em contratos celebrados com a associação;

### **Artigo 24.º**

#### **Perda de Mandato**

1. Perdem o mandato os titulares de órgãos associativos que, após a eleição, sejam colocados em situação que os torne inelegíveis ou relativamente aos quais se apure uma das incompatibilidades previstas na lei ou nos estatutos.
2. Perdem, ainda, o mandato os titulares dos órgãos associativos que, no exercício das suas funções, ou por causa delas, intervenham em contrato no qual tenham interesse, por si, como gestor de negócios ou representante de outra pessoa.
3. Os contratos em que tiverem intervindo titulares de órgãos associativos que impliquem a perda do seu mandato são nulos nos termos gerais.
4. Perdem, ainda, o mandato os titulares que injustificada e gravemente deixarem de cumprir as obrigações legais, estatutárias e regulamentares.

#### **Artigo 25.º**

##### **Destituição, Renúncia e Perda de Mandato e seus Efeitos**

1. A confirmação da destituição, a aceitação de renúncia e a declaração da perda de mandato dos titulares dos órgãos da A.R.B.P.D. da competência da Assembleia Geral, são eficazes após a deliberação.
2. A renúncia injustificada e perda do mandato nos termos do número quatro do artigo anterior, acarretam a inelegibilidade para o mesmo órgão nas eleições seguintes e para as que se realizem no quadriénio imediatamente subsequente à renúncia.

#### **Secção II**

##### **Órgãos**

##### **Subsecção I**

##### **Disposições Comuns**

#### **Artigo 26.º**

##### **Atas**

1. Das reuniões de qualquer órgão colegial da A.R.B.P.D. é sempre lavrada ata que, depois de votada, é obrigatoriamente assinada pelos presentes ou, no caso da Assembleia Geral, pelos membros da respetiva mesa.
2. Salvo disposição legal ou estatutária em contrario, os órgãos deliberam por maioria absoluta dos seus elementos presentes.

#### **Artigo 27.º**

##### **Recurso das Decisões dos Órgãos Colegiais**

1. Há sempre recurso para os órgãos colegiais relativamente aos atos administrativos praticados por qualquer dos respectivos membros, salvo quanto aos atos praticados pelo Presidente da Associação no uso da sua competência própria.
2. O recurso será apresentado ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral que o analisará e deliberará sobre a sua legalidade.
3. No prazo de dois dias úteis contados da data da receção do recurso, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral comunicará à Direção da A.R.B.P.D. e ao órgão recorrido, o deferimento do recurso apresentado exigindo imediata reparação dos factos recorridos.

#### **Artigo 28.º**

##### **Remuneração de Cargos**

O exercício de cargos eletivos nos órgãos associativos pode ser remunerado, sob proposta fundamentada da Direção e aprovada em Assembleia Geral, tomada com o voto favorável de três quartos do número de votos de todos os associados da A.R.B.P.D. que, simultaneamente, inclua o voto favorável de três quartos dos votos dos associados ordinários.

##### **Subsecção II** **Assembleia Geral**

### **Artigo 29.º**

#### **Função**

A Assembleia Geral é o órgão deliberativo da A.R.B.P.D.

### **Artigo 30.º**

#### **Composição**

1. A Mesa da Assembleia Geral é composta por um Presidente, um Vice Presidente e dois Secretários;
2. Integram a Assembleia Geral com direito de voto os Associados Ordinários;

### **Artigo 31.º**

#### **Funcionamento e Deliberações**

1. As reuniões da Assembleia Geral realizar-se-ão na sede da A.R.B.P.D. ou em qualquer outro local devidamente identificado, convocadas pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral com pelo menos quinze dias de antecedência, através da publicação na página da internet, por correio eletrónico, correio postal ou por qualquer outra forma eficaz que entenda adotar, constando obrigatoriamente da convocatória o dia, hora e local da reunião, bem como a respetiva ordem de trabalhos.
2. As deliberações são tomadas por mais de cinquenta por cento dos votos dos membros presentes.
3. As deliberações relativas à alteração dos Estatutos só podem ser tomadas em Assembleia Geral expressamente convocada para o efeito, com a antecedência mínima de trinta dias e com o voto favorável de três quartos da totalidade dos presentes.
4. Apenas são admitidos votos presenciais.
5. Cada Sócio Ordinário será representado por um delegado com direito a voto, credenciado pela direção respetiva.
6. A cada ação do delegado na Assembleia, envolve a responsabilidade do Sócio Ordinário que representa.
7. Cada delegado representa apenas um Sócio Ordinário.

### **Artigo 32.º**

#### **Mesa da Assembleia-Geral**

1. A Mesa da Assembleia Geral dirige as reuniões cabendo-lhe convocar e dirigir a Assembleia Geral.
2. Na falta ou impedimento dos eleitos, cabe à Assembleia Geral nomear entre os presentes, os componentes da mesa para dirigir a sessão.
3. A Assembleia Geral reúne em sessão ordinária, até trinta e um de Março de cada ano, e extraordinariamente:
  - a) Por iniciativa do seu Presidente;
  - b) A pedido da Direção ou do Conselho Fiscal;
  - c) A requerimento dos clubes que representem, pelo menos, um terço do total dos votos dos Sócios Ordinários, dirigido ao Presidente da Mesa e indicando os motivos que a determinarem, os quais, depois de admitidos e transmitidos à Direção, deverão ser transcritos nos avisos convocatórios;
  - d) Pela demissão simultânea do Presidente e do Vice Presidente da Mesa da Assembleia Geral, ou da maioria dos titulares de qualquer dos órgãos.
4. A Assembleia Geral funcionará, em primeira convocatória, à hora marcada, quando se encontrarem presentes os representantes da maioria dos votos, e, em segunda convocatória, meia hora depois com qualquer número de Sócios Ordinários presentes.
5. As reuniões convocadas ao abrigo do disposto na alínea c) do número dois deste artigo, ficarão sem efeito se não se encontrarem representados, pelo menos, dois terços dos votos dos Sócios Ordinários requerentes, devendo aqueles suportar as despesas decorrentes da convocatória.

6. Nas reuniões ordinárias, depois de declarada aberta a sessão, o Presidente da Mesa dirigirá os trabalhos pela ordem seguinte:

- a) Verificação dos poderes dos delegados;
- b) Leitura, discussão e votação da ata da Assembleia anterior;
- c) Leitura ou menção da correspondência, representações ou petições à Assembleia;
- d) Admissão ou exoneração de clubes;
- e) Leitura, discussão e votação dos relatórios e pareceres dos órgãos associativos;
- f) Eleições;
- g) Apresentação de propostas de modificação dos regulamentos consignados na lei e alterações aos estatutos;
- h) Outros assuntos que não impliquem alterações regulamentares ou estatutárias e considerados de interesse geral.

### **Artigo 33.º**

#### **Competência**

São competências da Assembleia Geral:

- a) A eleição e destituição dos titulares dos órgãos da A.R.B.P.D.
- b) A aprovação do relatório, do balanço, do orçamento e dos documentos de prestação de contas;
- c) A aprovação e alteração dos Estatutos por maioria de três quartos dos sócios presentes;
- d) A apreciação e deliberação dos recursos das decisões dos órgãos da Associação, exceto das decisões disciplinares em matéria desportiva e doping
- e) A aprovação da proposta de extinção da Associação;
- f) A atribuição dos títulos de Presidente e Vice Presidente Honorário e de Sócio de Mérito ou Honorário;
- g) A aprovação da alienação de património;
- h) A realização de despesas cujo montante exceda o valor de cinco mil euros.
- i) Outras atribuições previstas nos estatutos e regulamentos.

### **Subsecção III**

#### **Presidente**

### **Artigo 34.º**

#### **Função e Substituição**

- 1. O Presidente da A.R.B.P.D. é por inerência, Presidente da Direção assegurando o seu regular funcionamento e promove a colaboração entre os seus órgãos.
- 2. Em caso de renúncia ou impedimento definitivo, o Presidente é substituído pelo Vice Presidentes Administrativo e Financeiro, pelo prazo necessário à realização de novas eleições.
- 3. O Presidente da Mesa da Assembleia Geral deverá marcar a eleição do novo Presidente nos sessenta dias posteriores à ocorrência da renúncia ou à verificação do impedimento definitivo.
- 4. Se, entre a data da ocorrência da renúncia ou da verificação do impedimento definitivo e a data das próximas eleições ordinárias mediarem menos de quatro meses, não se aplicará o disposto no artigo precedente, sendo o cargo ocupado pelo Vice Presidente para a área Administrativa e Financeira até à tomada de posse do novo Presidente eleito nas referidas eleições ordinárias.

### **Artigo 35.º**

#### **Competência, Responsabilidade Civil e Criminal**

- 1. Compete, em especial, ao Presidente:
  - a) Representar a A.R.B.P.D. junto da Federação Portuguesa de Pesca Desportiva e da administração pública;



- b) Representar a A.R.B.P.D. junto das suas organizações congêneres, nacionais ou internacionais;
  - c) Representar a A.R.B.P.D. em juízo;
  - d) Assegurar a organização e o funcionamento dos serviços nos termos da Lei, dos Estatutos e dos Regulamentos, bem como assinar cheques com o Tesoureiro na ausência ou impedimento do Vice Presidente para a área Administrativa e Financeira ou com o Vice Presidente para a área Administrativa e Financeira na ausência ou impedimento do Tesoureiro;
  - e) Contratar e gerir o pessoal ao serviço da Associação;
  - f) Assegurar a gestão corrente dos negócios associativos, representando a A.R.B.P.D. em negócios jurídicos e outorgando os respectivos contratos;
  - g) Solicitar ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral a convocação de reuniões extraordinárias deste órgão;
  - h) Convocar as reuniões da Direção e dirigir os respectivos trabalhos, cabendo-lhe o voto de qualidade quando exista empate nas votações.
2. O Presidente pode delegar no Vice Presidente Administrativo e Financeiro os poderes que lhe competem.
3. O Presidente da A.R.B.P.D. responde civil e criminalmente perante esta, pelos prejuízos causados pelo incumprimento dos seus deveres legais e estatutários.
4. Sem prejuízo da responsabilidade penal em que eventualmente incorra, a responsabilidade prevista no número anterior cessa com a aprovação do relatório e contas pela Assembleia Geral, exceto quanto a factos que a esta hajam sido ocultados ou que, pela sua natureza, não devam constar naqueles documentos.

#### **Subsecção IV**

##### **Direção**

##### **Artigo 36.º**

##### **Composição**

- 1. A Direção é o órgão colegial de administração da Associação.
- 2. A Direção é composta pelos seguintes elementos:
  - a) Presidente;
  - b) Vice Presidente para a Área Administrativa e Financeira
  - c) Vice Presidente para a Área de Água Doce
  - d) Vice Presidente para a Área de Mar
  - e) Vice Presidente para a Área da Pluma
  - f) Um Tesoureiro
  - g) Um secretário
  - h) Dois vogais

##### **Artigo 37.º**

##### **Funcionamento**

- 1. A Direção é o órgão colegial de administração da ARBPD, presidida pelo Presidente da Associação e delibera por maioria simples dos titulares presentes, em reunião em que participem, pelo menos, três dos seus elementos, desde que estejam presentes o Presidente ou o Vice Presidente Administrativo e Financeiro.
- 2. A Direção ratifica as decisões tomadas pelo Presidente e restantes membros, nas áreas de competência exclusiva da Direção, sempre que não forem precedidas de delegação de competência.
- 3. A ratificação faz-se na primeira reunião seguinte à decisão.
- 4. Há ratificação tácita desde que a decisão tenha sido apresentada na reunião ou tenha sido previamente publicitada.
- 5. A Direção reúne ordinariamente com a periodicidade e modo de funcionamento que ela própria deliberar e, extraordinariamente, quando o seu Presidente o julgar necessário, convocando-a com a indicação da respetiva ordem de trabalhos.

6. As normas de funcionamento da Direção, podem ser alteradas e complementadas por regulamento interno o qual não pode conter disposições contrárias à Lei.
7. Em caso de renúncia ou impedimento definitivo, os Vice Presidentes e Tesoureiro são substituídos, sob proposta do Presidente, pelos Vogais e pelo prazo necessário à conclusão do mandato.

### **Artigo 38.º**

#### **Competências**

1. Da Direção em geral
  - a) Elaborar e aprovar os regulamentos específicos das provas regionais..
  - b) Organizar todas as competições e provas regionais;
  - c) Garantir a efetivação dos direitos e deveres dos Sócios;
  - d) Elaborar anualmente o plano de atividades;
  - e) Elaborar anualmente e submeter a parecer do Conselho Fiscal o orçamento, o balanço e os documentos de prestação de contas;
  - f) Administrar os negócios da Associação em matérias que não sejam especialmente atribuídas a outros órgãos;
  - g) Zelar pelo cumprimento dos Estatutos, dos Regulamentos e das deliberações dos órgãos da Associação;
  - h) Zelar pela conservação do património, mantendo o seu inventário;
  - i) Fixar anualmente verbas para despesas de deslocação e representação dos dirigentes que se desloquem em serviço da A.R.B.P.D.;
  - j) Outras competências que lhe sejam atribuídas pelos regulamentos internos e todas as que não estiverem atribuídas a outros órgãos.
  - k) Instituir comissões ou grupos de trabalho que funcionarão na sua dependência e em termos a definir em Regulamento próprio.
2. Do Vice Presidente Administrativo e Financeiro;
  - a) Substituir o Presidente nas suas ausências ou impedimentos e assinar os cheques conjuntamente com o Tesoureiro ou, na ausência ou impedimento deste, com o Presidente.
  - b) Representar a Direção em todos os atos em que por esta lhe tenha sido confiada essa função;
  - c) Providenciar no sentido de manter a escrita da ARBPD devidamente organizada e elaborar trimestralmente um balanço que apresentará em reunião de Direção, e, anualmente, o balanço geral das contas de gerência;
3. Do Vice Presidente para a Área de Água Doce
  - a) A gestão da área de Água Doce, nomeadamente promover a elaboração dos regulamentos específicos, calendários, classificações e organização das provas desportivas, apresentando anualmente um plano de atividades da área, acompanhado do respetivo orçamento, que será incluído no plano de atividades da Direção
  - b) Representar a Direção em todos os atos em que por esta lhe tenha sido confiada essa função;
4. Do Vice Presidente para a área de Mar
  - a) A gestão da área de Mar, nomeadamente promover a elaboração dos regulamentos específicos, calendários, classificações e organização das provas desportivas, apresentando anualmente um plano de atividades da área, acompanhado do respetivo orçamento, que será incluído no plano de atividades da Direção
  - b) Representar a Direção em todos os atos em que por esta lhe tenha sido confiada essa função;
5. Do Vice Presidente para a área de Pluma
  - a) A gestão da área de Pluma, nomeadamente promover a elaboração dos regulamentos específicos, calendários, classificações e organização das provas desportivas, apresentando anualmente um plano de atividades da área, acompanhado do respetivo orçamento, que será incluído no plano de atividades da Direção

Doc.:	Folhas 54
Livro:	Folha

b) Representar a Direção em todos os atos em que por esta lhe tenha sido confiada essa função;

#### 6. Do Tesoureiro

a) Arrecadar através de depósito bancário todas as receitas da ARBPD devidamente documentadas com recibos;

b) Efetuar através do banco todos os pagamentos devidamente autorizados e documentados;

c) Gerir através da respetiva folha mensal, um fundo de maneo de caixa com um saldo máximo de duzentos e cinquenta euros, destinado a pequenas despesas de gestão, procedendo a pagamentos de baixo valor devidamente autorizados e aos levantamentos bancários necessários ao seu reforço.

d) Facultar ao Vice Presidente para a área Administrativa e Financeira até ao décimo dia útil do mês seguinte, todos os documentos do mês anterior, que servirão de suporte aos registos contabilísticos do período.

e) Assinar com o Vice Presidente para a área Administrativa e Financeira, todos os cheques e ordens de pagamento ou, na ausência ou Impedimento deste, com o Presidente.

f) Representar a Direção em todos os atos em que por esta lhe tenha sido confiada essa função;

#### 7. Do Secretário

a) Secretariar todas as reuniões da Direção elaborando as atas que apresentará para votação, recolhendo as assinaturas das mesmas;

b) Apoiar nas suas tarefas administrativas, cada um dos Vice Presidentes que o solicitem;

c) Representar a Direção em todos os atos em que por esta lhe tenha sido confiada essa função;

### Subsecção V Conselho Fiscal

#### Artigo 39.º

##### Composição, Competência e Funcionamento

1. O Conselho Fiscal é constituído por três elementos, sendo um deles obrigatoriamente Técnico Oficial de Contas, competindo-lhe fiscalizar os atos de administração económica e financeira da A.R.B.P.D., bem como o cumprimento dos Estatutos e das disposições legais aplicáveis, para além de outras competências que lhe sejam atribuídas pelos regulamentos e que não colidam com a sua natureza.

2. Compete, em especial, ao Conselho Fiscal:

a) Emitir relatórios e pareceres sobre o orçamento, as alterações orçamentais, o balanço e os documentos de prestação de contas, analisando a licitude das despesas, a sua correspondência orçamental e a exatidão dos respetivos documentos;

b) Verificar a regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte;

c) Acompanhar o funcionamento da A.R.B.P.D., velando pelo cumprimento do orçamento anual, participando aos órgãos competentes as irregularidades de que tenha conhecimento.

d) Emitir parecer sobre as propostas de alteração dos Estatutos;

e) Requerer a convocação da Assembleia Geral, sempre que o julgue conveniente;

f) Sancionar ou vetar as despesas extraordinárias;

3. Os relatórios e pareceres referidos na alínea a) do número anterior são anual e obrigatoriamente, submetidos à Assembleia Geral da A.R.B.P.D. com o relatório e contas de gerência.

4. O Conselho Fiscal reúne com a periodicidade e modo de funcionamento que ele próprio deliberar e, extraordinariamente, quando o seu Presidente o julgar necessário, convocando-o com a indicação da respetiva ordem de trabalhos.

5. As deliberações são tomadas por maioria dos presentes, tendo o Presidente voto de qualidade.
6. Sempre que o Conselho Fiscal o requeira, a Direção é obrigada a facultar-lhe o exame de toda a documentação contabilística.

### **Subsecção VI Conselho de Disciplina**

#### **Artigo 40.º**

##### **Composição, Competência e Funcionamento**

1. O Conselho de Disciplina é o órgão com poderes disciplinares em matéria desportiva.
2. O Conselho de Disciplina é composto por um Presidente e dois Vogais, sendo o seu Presidente obrigatoriamente licenciado em Direito.
3. Compete ao Conselho de Disciplina:
  - a) Apreciar e punir, de acordo com a lei, os regulamentos federativos, os Estatutos e regulamentos internos, todas as infrações disciplinares imputadas a pessoas singulares ou coletivas sujeitas ao poder disciplinar da A.R.B.P.D.;
  - b) Elaborar e dirigir o processo disciplinar para aplicação de sanções;
4. O Conselho de Disciplina reúne com a periodicidade e modo de funcionamento que ele próprio deliberar e, extraordinariamente, quando o seu Presidente o julgar necessário.
5. As deliberações são tomadas por maioria dos votos dos elementos presentes, tendo o Presidente, além do seu voto, direito a voto de qualidade.
6. As deliberações do Conselho de Disciplina são registadas em cada reunião, nos processos que lhe sejam submetidos, com a assinatura dos presentes.

### **CAPÍTULO III REGULAMENTAÇÃO**

### **CAPÍTULO IV REGIME ORÇAMENTAL E DE PRESTAÇÃO DE CONTAS**

#### **Artigo 41.º**

##### **Princípios**

1. O orçamento rege-se pelo princípio do equilíbrio financeiro.
2. A prestação de contas é organizada de forma a transmitir fielmente a situação económico financeira da Associação.
3. A documentação contabilística pode ser examinada a requerimento de dez por cento dos seus Associados.
4. O orçamento comportará a previsão das receitas e despesas relativas:
  - a) ao cumprimento das obrigações financeiras;
  - b) à organização da pesca desportiva de âmbito regional;
  - c) às formações de agentes e técnicos desportivos aprovadas pela Direção.
  - d) às atividades de fomento, desenvolvimento e progresso técnico da modalidade aprovadas pela Direção
5. O ano económico é o ano civil.

#### **Artigo 42.º**

##### **Orçamento e Contas**

1. A Direção elabora o orçamento anual e o relatório de contas, submetendo-os a parecer do Conselho Fiscal e aprovação da Assembleia Geral.

#### **Artigo 43.º**

##### **Receitas e Despesas**

1. São receitas da A.R.B.P.D. as realizadas com a atividade desenvolvida e as recebidas de quaisquer entidades públicas ou privadas.
2. São despesas as efetuadas com o normal desenvolvimento das atividades desportivas e com elas relacionadas, as de remuneração de pessoal e agentes desportivos e as de manutenção de instalações e equipamentos.

## CAPÍTULO V PUBLICITAÇÃO DE DECISÕES

### Artigo 44.º

1. A A.R.B.P.D. publicitará as suas decisões através da disponibilização na respetiva página da Internet, através de correio eletrónico, correio postal, ou outro meio eficaz que entenda adotar, de todos os dados relevantes e atualizados, relativos à sua atividade, em especial:
  - a) Dos estatutos e regulamentos, em versão consolidada e atualizada, com menção expressa das deliberações que aprovaram as diferentes redações das normas neles constantes;
  - b) Os orçamentos e as contas dos últimos três anos, incluindo os respectivos balanços;
  - c) Os planos e relatórios de atividades dos últimos três anos;
  - d) A composição dos órgãos sociais;
  - e) Os contatos da Associação e dos respectivos órgãos sociais
2. A publicação deverá ser realizada no prazo de dois dias úteis contados da data da adoção do ato ou da tomada de decisão.

## CAPÍTULO VI ESTATUTOS, EXTINÇÃO E DISSOLUÇÃO

### Artigo 45.º

#### Estatutos

1. A alteração dos Estatutos é obrigatoriamente precedida de proposta escrita publicitada com a antecedência mínima de trinta dias.
2. As propostas de alteração são apresentadas pela Direção ou por um mínimo de cinquenta por cento dos associados ordinários à Assembleia Geral.

### Artigo 46.º

#### Extinção e dissolução

1. São causas de extinção e dissolução da A.R.B.P.D. para além de outras previstas pela lei, a impossibilidade continuada e prolongada do desenvolvimento dos seus fins e atividades.
2. A extinção ou dissolução é obrigatoriamente precedida de proposta escrita subscrita e apresentada por um mínimo de setenta e cinco por cento dos seus Sócios Ordinários à Assembleia Geral e publicitada com a antecedência mínima de noventa dias.
3. A deliberação da proposta é aprovada com o voto favorável de três quartos do número de votos de todos os associados da A.R.B.P.D. que, simultaneamente, inclua o voto favorável de três quartos dos votos dos associados ordinários.

## CAPÍTULO VII DISPOSIÇÕES FINAIS

### Artigo 47.º

#### Vigência

1. Os presentes Estatutos entram em vigor após a sua aprovação em Assembleia Geral.

2. Sempre que haja lugar à sua escrituração pública, o registro, ou depósito em qualquer órgão desportivo, deverá ter lugar até ao trigésimo dia posterior ao ato e ser-lhe-á dada publicidade em comunicado oficial.

*António M. P. P. P.*

*António M. P. P. P.*

*António M. P. P. P.*

*António M. P. P. P.*

A NOTARIA  
*António M. P. P. P.*